



DIREITO ADMINISTRATIVO

 **Estratégia**
OAB

SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO ADMINISTRATIVO

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Carolina, funcionária pública do Município de Santa Aurora, ocupante do cargo de assistente administrativa no hospital municipal, foi acusada de revelar as doenças dos pacientes atendidos na unidade hospitalar, informação esta que obtinha no exercício do cargo.

Diversos pacientes registraram boletins de ocorrência, o que resultou em ações de responsabilidade criminal indicando Carolina como responsável pelas divulgações.

Um mês após o ajuizamento das ações, o juiz determinou a absolvição de Carolina na esfera criminal por negativa de autoria, uma vez que restou comprovado que uma colega de trabalho utilizava indevidamente seu login e senha para realizar as consultas e divulgar as informações.

Sem considerar a decisão judicial, o Secretário Municipal de Saúde instaurou sindicância administrativa e concluiu que a conduta imputada ensejaria pena de demissão, a qual foi imediatamente aplicada à servidora, mediante ato assinado pelo próprio secretário.

Cinco dias após o ocorrido, Carolina procura você, na qualidade de advogado(a), buscando reverter a decisão de demissão da forma mais célere possível, pois possui todos os documentos necessários para comprovar os fatos. Alega, ainda, que em nenhum momento lhe foi oportunizado o exercício do direito de defesa, inexistindo necessidade de dilação probatória.

O regime jurídico do município segue, como referência, as disposições aplicáveis aos servidores públicos da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

Diante dessas informações, redija a peça processual cabível para defender os interesses de Carolina, utilizando o meio mais célere possível e apresentando todos os fundamentos jurídicos pertinentes.

(Valor: 5,00)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	

32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	

63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	

94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	
124	

125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Roberto, servidor público municipal e chefe do setor de tributos, estava coordenando um grande projeto de educação fiscal. Para concentrar as atividades necessárias à implementação do projeto, Roberto avocou a competência de seu subordinado Daniel durante o período de execução das atividades.

Como resultado do projeto, o Município recebeu uma premiação que possibilitou a construção de uma área de lazer com brinquedos e um ginásio poliesportivo, destinados ao uso da população.

Posteriormente, Carlos, cidadão do município, passou a realizar campeonatos particulares nas quadras, impedindo que outros cidadãos utilizassem o espaço.

Com base na situação apresentada, responda:

A) O ato de Roberto ao avocar a competência de seu subordinado foi lícito? (0,65)

B) Para a utilização exclusiva de espaços públicos, é necessário algum requerimento administrativo? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Mariana, servidora pública federal, solicitou acesso a informações sobre a pontuação de certificados apresentados para progressão funcional.

Antes da homologação do pedido, recebeu um boleto para pagamento de valor referente ao fornecimento da informação.

Durante a análise da solicitação, um agente público acessou a ficha de Mariana e divulgou dolosamente seu número de telefone celular para colegas de trabalho, sem autorização.

Mariana procura você para esclarecer:

A) É correta a cobrança de valor para fornecimento de informações que não envolva reprodução de documentos? (0,60)

B) A conduta do agente que divulgou a informação pessoal é lícita? Cabe responsabilização? (0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Uma concessionária de serviços públicos foi notificada pelo Município concedente por não disponibilizar no mínimo seis datas para vencimento das faturas de seus usuários.

Inconformada com a fiscalização, a concessionária deixou de atender à notificação, alegando que o poder concedente não possui competência para fiscalizar a prestação do serviço.

Responda:

A) As concessionárias são obrigadas a fornecer um número mínimo de datas de vencimento para pagamento das faturas? (0,65)

B) O poder concedente pode fiscalizar a prestação dos serviços? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Lucas decidiu iniciar sua preparação para concursos públicos. Por não conhecer bem as regras sobre provimento em cargos públicos, procura você para esclarecer algumas dúvidas.

- A) Todos os concursos públicos devem ter prazo de validade de dois anos? (0,60)
- B) Existe prazo para que servidores públicos adquiram estabilidade após entrarem em exercício? (0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Amigos, boa sorte no simulado.

Espero que vocês tenham gostado. Abraços,

Igor Maciel

